

JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 22°
Mínima: 22°

ANO XXII - Nº 9009 - TERESINA (PI), TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50



NOVA SEDE

A Solenidade de inauguração da nova sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) foi realizada na manhã da segunda-feira (3). O novo espaço com estrutura moderna marca a concretização de objetivos traçados para melhorar, ainda mais, as condições de trabalho e um serviço de excelência para a população, no combate ao crime organizado, contribuindo para o enfrentamento à corrupção e à impunidade. Na ocasião, o Procurador-Geral de Justiça, Cleandro Moura, assinou o ATO PGJ Nº 665/2017, que cria o Regimento Interno do grupo.

Coluna Opinião. Página 4

EXEMPLAR DO ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

Líder em credibilidade

ODIA

66
ANOS

Teresina, Piauí, Terça, 4 de Abril de 2017

R\$ 2,00 | NACIONAL

R\$ 4,00 | ANO 66 - Nº 18.728

Fechamento 21h | 30 páginas

O novo momento do TCE

Ganhou generosos espaços na mídia piauiense a informação de que de todos os tribunais de contas do país, o do Piauí não tem nenhum conselheiro denunciado por suposta prática de irregularidade em suas ações. A matéria, publicada no Estadão, traz a relação de muitos conselheiros em mais de 20 Estados envolvidos com a polícia, citando o emblemático caso das prisões de cinco dos sete membros do TCE do Rio de Janeiro. É bom que se diga que no Brasil o Tribunal de Contas tem uma estranha configuração a partir da sua constituição, que é, ao mesmo tempo, uma câmara de julgamento de contas, e como tal um tribunal, mas, também, um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa. Talvez por isto mesmo, tenha sido, ao longo de todos os anos, e desde sempre, o local preferido para agasalhar políticos sem mandatos, em fim de carreira, buscando uma aposentadoria tranquila, no futuro. De fato, não se sabe de nenhuma denúncia formal contra esse ou aquele conselheiro, mas também são conhecidos os casos em que alguns prefeitos se queixam que para terem suas contas aprovadas se veem (ou se viam) obrigados a arranjar votos para os apadrinhados ou aparentados de certos membros da Corte. Felizmente, até aqui não tem nenhum dos conselheiros de contas do Piauí figurando nas listas dos investigados, não se sabe se exatamente por falta de coragem dos prefeitos municipais em denunciar os casos, ou se os senhores conselheiros estiveram trilhando o caminho do bem, na forma como deveriam, que é o que se imagina. De qualquer maneira, com a vinda de técnicos que assumiram funções relevantes nos Tribunais de Contas estaduais, especialmente no Piauí, espera-se que, em futuro próximo, todos sigam contribuindo para uma efetiva melhoria na qualidade da prestação dos serviços e, dentro disso, funcionando como verdadeiros artífices da moralidade da administração pública. Este é um novo momento que se espera do TCE-PI.

Gaeco

O procurador geral de

Justiça, Cleandro Moura e o chefe do Gaeco, Rômulo Cordão, inauguraram a nova sede do órgão, ontem, no bairro Ininga. Por lá, além da vice-governadora Margarete Coelho, o presidente do TCE, Olavo Rebelo, o vice-presidente da OAB Lucas Villa e outras autoridades. Uma sede digna da atuação desse grande órgão de investigação.

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

Olavo Rebelo

Estrela Antares.

De todos os Tribunais de Contas do país, apenas 6 têm Conselheiros que não estão sendo processados por corrupção.

São eles os dos Estados do Piauí e os de Tocantins e do Acre, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Amazonas.

Coluna Magalhães. Caderno Cidades, Página 2

TCE bem na fita

Um levantamento publicado em reportagem especial do 'Correio Braziliense', no final de semana, mostra o Tribunal de Contas do Piauí muito bem na fita, ao lado de apenas mais outros seis em todo o país.

Coluna do Zózimo Tavares, 03/04/17. Portal CidadeVerde.

Link: cidadeverde.com/colunadozozimo/83368/lista-fechada-por-que-nao-fizeram-antes

O novo momento do TCE

Arimatéia Azevedo | 4 de Abril de 2017



Ganhou generosos espaços na mídia piauiense a informação de que de todos os tribunais de contas do país, o do Piauí não tem nenhum conselheiro denunciado por suposta prática de irregularidade em suas ações. A matéria, publicada no Estadão, traz a relação de muitos conselheiros em mais de 20 Estados envolvidos com a polícia, citando o emblemático caso das prisões de cinco dos sete membros do TCE do Rio de Janeiro. É bom que se diga que no Brasil o Tribunal de Contas tem uma estranha configuração a partir da sua constituição, que é, ao mesmo tempo, uma câmara de julgamento de contas, e como tal um tribunal, mas, também, um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa. Talvez por isto mesmo, tenha sido, ao longo de todos os anos, e desde sempre, o local preferido para agasalhar políticos sem mandatos, em fim de carreira, buscando uma aposentadoria tranquila, no futuro. De fato, não se sabe de nenhuma denúncia formal contra esse ou aquele conselheiro, mas também são conhecidos os casos em que alguns prefeitos se queixam que para terem suas contas aprovadas se veem (ou se viam) obrigados a arranjar votos para os apadrinhados ou aparentados de certos membros da Corte. Felizmente, até aqui não tem nenhum dos conselheiros de contas do Piauí figurando nas listas dos investigados, não se sabe se exatamente por falta de coragem dos prefeitos municipais em denunciar os casos, ou se os senhores conselheiros estiveram trilhando o caminho do bem, na forma como deveriam, que é o que se imagina. De qualquer maneira, com a vinda de técnicos que assumiram funções relevantes nos Tribunais de Contas estaduais, especialmente no Piauí, espera-se que, em futuro próximo, todos sigam contribuindo para uma efetiva melhoria na qualidade da prestação dos serviços e, dentro disso, funcionando como verdadeiros artífices da moralidade da administração pública. Este é um novo momento que se espera do TCE-PI.

Coluna Arimatéia Azevedo no Portal AZ. 04/04/17

Link: <https://www.portalaz.com.br/arimateia/2017-04-04>

Só TCE-PI e tribunais de mais seis estados estão fora de lista de falcatruas

Em 20 dos 27 tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal do país os conselheiros enfrentam problemas com a Justiça

Da Redação do Portal AZ | 2 de Abril de 2017, 17:41



Só o Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI) e os Tribunais de Contas de mais seis estados estão fora da lista de Corte de Contas do país cujos membros respondem a processos na Justiça ou são investigados por denúncias de corrupção e outras falcatruas. É o que diz reportagem publicada neste sábado (1º) pelo Correio Braziliense, um dos mais acreditados veículos de comunicação do país. Segundo a matéria, em 20 dos 27 tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal do país os conselheiros enfrentam problemas com a Justiça.



A matéria lembra a prisão de cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, na última quarta-feira, em um desdobramento da Operação Lava-Jato, e diz que nos últimos anos é cada vez mais comum ver integrantes das cortes de contas envolvidos em casos de corrupção - justamente aqueles que são pagos para fiscalizar os gastos públicos e punir os gestores que desviam recursos e cometem outros crimes usando o dinheiro público.

Segundo o Correio, além do Rio, respondem a processos na Justiça membros dos Tribunais de Contas do Ceará, Goiás, Alagoas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Roraima e do Maranhão. Ficam fora dessa lista apenas os Tribunais de Contas do Piauí, do Amazonas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Acre e Tocantins.

“Desde 2010, 20 dos 27 órgãos de controle das unidades da Federação se envolveram em episódios polêmicos. No Tribunal de Contas da União (TCU), dos nove ministros, quatro estão na mira da Polícia Federal. (...) Nos tribunais de contas estaduais, as maracutaias vão das mais sofisticadas às mais simples”, diz a reportagem. As denúncias vão desde uso do carro oficial em benefício próprio ao recebimento de propina e outros pagamentos indevidos.

Para o presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, o caso do Rio é um triste exemplo que ilustra bem a crise ética e moral por que passa o país hoje. “As pessoas perderam a confiança nos governantes e nos gestores. E até nas instituições encarregadas de fiscalizar o uso do dinheiro público e fazer o controle externo, como ocorre no caso dos conselheiros do TCE-RJ”, diz. Para ele, em um momento de crise como este, cresce a importância da qualificação dos gestores e de preparação do cidadão para ajudar na fiscalização da administração pública, como forma de prevenção aos desvios e outros crimes.

“Gestores qualificados e preparados têm mais condições de administrar bem. Por outro lado, cidadãos conscientes e atuantes, por meio de suas entidades e conselhos comunitários, ajudam a fiscalizar o uso do dinheiro público. Esses dois fatores contribuem para gestões mais eficientes e de resultados mais concretos e efetivos para a comunidade”, afirmou.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/393176/so-tce-pi-e-tribunais-de-mais-seis-estados-estao-fora-de-lista-de-falcatruas>

Procurador Plínio Valente Ramos Neto concluiu parecer sobre legalidade do Concurso de Piri-piri

f Curtir 0

Twitter Tweet

G+ 0

Compartilhar

Como ir do estágio à gerência



O procurador-geral do [Ministério](#) Público de Contas do TCE-PI, Plínio Valente Ramos Neto, concluiu na última quarta-feira (29/03) o relatório do processo que questiona a legalidade do Concurso Público de Piri-piri. O parecer do procurador foi entregue ao relator do processo, Kleber Dantas Eulálio, e será levado a julgamento em breve.

No relatório publicado, o procurador detalha que pesquisou no Diário dos Municípios e constatou que, desde janeiro, foram realizadas diversas nomeações de cargos comissionados, mesmo com a situação fiscal alertada e com o concurso público realizado:

Nesse sentido, uma vez que se iniciou no exercício 2017 nova gestão e em razão do índice de despesa com pessoal está acima do legalmente previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, este membro ministerial realizou consulta ao Diário Oficial dos Municípios e pôde constatar que desde o início da nova gestão houve diversas nomeações de servidores em comissão, mesmo com a impropriedade citada e com concurso público vigente. A título de exemplo, menciona-se as portarias de nomeação que constam na edição nº 3250 do DOM no dia 11 de janeiro de 2017.

O Procurador concluiu o seguinte:

4. Conclusão

Por todo o exposto, este membro ministerial sugere ao novo gestor, as seguintes providências:

- Que seja comprovada pelo gestor, a previsão legal para os cargos de Médico Perito e Professor de Espanhol (6º e 9º);
- Que seja **notificado o gestor**, para que se abstenha de realizar contratações de servidores temporários e comissionados, bem como para que rescinda mencionadas contratações ou exonere servidores em comissão, com a finalidade de se restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro do município, assim como prevê o art. 169, §3º e §4º da Constituição Federal e do art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Que o percentual excedido nos limites com gastos de pessoal seja eliminado nos dois quadrimestres seguintes, conforme art. 23, caput da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Que sejam admitidos os aprovados no certame em análise, nos cargos e quantidades necessárias para o desenvolvimento das atividades essenciais do município de Piri-piri, a saber: Educação e Saúde, em razão do princípio da continuidade do serviço público;
- Por fim, que sejam enviados ao TCE/PI os atos de admissão para o devido registro.

É o parecer.

Teresina-PI, 29 de março de 2017.

Link: <http://180graus.com/piri-piri/procurador-plinio-valente-ramos-neto-concluiu-parecer-sobre-legalidade-do-concurso-de-piri-piri>

Confira as cidades que mantêm contrato com escritório João Azedo

O TCE-PI recebeu denúncia em face do advogado João Ulisses de Britto Azedo.

RAISA BRITO

04/04/2017 @ 10h00



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

Cento e trinta cidades piauienses poderão ter que **rescindir contrato com o escritório de advocacia João Ulisses Azedo** caso o Tribunal de Contas do Estado do Piauí acompanhe decisão do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão que, liminarmente, **determinou a suspensão dos pagamentos** e a rescisão dos contratos referentes a prestação de serviços advocatícios firmados com o objetivo de receber valores resultantes de diferenças do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pela subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA), previsto na Lei 9.424/96.

O TCE-MA determinou que as demandas sejam assumidas pelas Procuradorias Municipais.

Foto: Divulgação



João Azedo

O TCE-PI recebeu denúncia em face do advogado João Ulisses de Britto Azedo, contratado pelo municípios do Piauí sem a devida observância e cumprimento dos requisitos necessários à contratação de prestação de serviços jurídicos mediante inexigibilidade de licitação pública. A denúncia foi feita pelo escritório Monteiro e Monteiro Advogados Associados e autuada em 20 de março de 2017.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/confira-as-cidades-que-mantem-contrato-com-escritorio-joao-azedo-411956.html>

Crise ética e moral exige gestores preparados, diz presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo

Aconteceu em Picos o IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante neste último final semana

03/04/2017 - Atualizado em: 03/04/2017, 14:36

Publicado por: Juliana Andrade



O IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante foi realizado em Picos neste último final de semana (30 de abril a 1º de março). O evento objetivava qualificar prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e servidores municipais sobre gestão pública, além de orientar representantes de entidades comunitárias sobre formas de contribuir com a fiscalização das ações dos gestores.



Presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo (Foto: Jéssica Kamila/ OitoMeia)

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), conselheiro Olavo Rebelo, disse no Seminário, que a crise moral e ética que o país vive exige dos gestores maior preocupação com a qualificação de suas equipes e com a eficiência da gestão pública. Para ele, o preparo técnico dos gestores é a saída para superar deficiências e desconhecimento em administração, que podem levar a desvios e à má gestão.

“O país vive um momento muito grave de crise ética e moral, com efeitos sobre a gestão pública e privada, e sobre toda a sociedade. Em um momento como este, gestores qualificados e preparados têm mais condições de administrar melhor, passar mais confiança e fazer mais por sua comunidade”, afirmou ele. “Para isso, é preciso investir em cursos e eventos que levem conhecimento aos gestores e suas equipes. É o que estamos fazendo por meio dos seminários”, completou.

Em entrevista a canais de TV, Olavo Rebelo, alertou os gestores para a importância da participação deles e de suas equipes nos eventos do TCE-PI. "Nós, do TCE-PI, estamos levando palestras e minicursos a todo o Piauí para qualificar os prefeitos e outros gestores, orientá-los a administrar de forma correta e a fazer mais por suas comunidades", disse. "Mas é preciso que os prefeitos e gestores participem, busquem aprender mais para fazer melhor".

O presidente do TCE-PI informou ainda que o Tribunal de Contas vai realizar esses seminários em todos os municípios-polo do Piauí. O primeiro foi realizado em Parnaíba, em fevereiro, e o próximo será em Corrente, no início de abril.

Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/04/03/crise-etica-e-moral-exige-gestores-preparados-diz-presidente-do-tce-pi-olavo-rebelo/>